

CAPOEIRAS E VALENTÕES EM SÃO PAULO: MEDO E PERSEGUIÇÃO NO PÓS-ABOLIÇÃO

PEDRO FIGUEIREDO A. DA CUNHA*

O estudo da capoeira, por anos relegado a análises superficiais de folcloristas e reminiscências de cronistas e viajantes, ganhou força a partir de pesquisas, já na segunda metade do século XX, sobre a criminalidade escrava no Rio de Janeiro. Embora com uma abordagem indireta em relação a essa manifestação, tais trabalhos abriram caminho para outros que, pioneiramente, mostraram como essa mistura de jogo e luta poderia ser uma importante lente por meio da qual seria possível entender melhor o cotidiano de africanos e seus descendentes no Brasil, e, por conseguinte, detalhes da história do Brasil como um todo que, de outra forma, permaneceriam imperceptíveis. Esta possibilidade vem sendocomprovada por uma historiografia sobre a capoeira que cresce a cada ano, abarcando diversos estados como Rio de Janeiro, Bahia, Pernambuco, Maranhão e Pará. São Paulo foi cenário de uma escravidão vigorosa que avançou por todo o século XIX e explorou milhares de almas. Em terras paulistas, cativos não se portaram diferente do que foi verificado em outras áreas escravistas. Revoltavam-se, divertiam-se, sobreviviam buscando sempre uma saída ao seu modo. Estudos sobre a vida dos cativos em São Paulo nesse período demonstraram, ainda que de maneira tênue, que a capoeira estava presente no cotidiano paulista.

Com o objetivo de compreender melhor como esta atividade se imbricava nas engrenagens da sociedade paulista de meados do século XIX e início do século XX, desenvolvemos uma investigação sobre esta manifestação em diferentes contextos urbanos da província de São Paulo. A ausência de prisões sequenciais pela prática da capoeira nos obrigou a utilizar fontes de naturezas diversas, incluindo reminiscências e memórias, jornais, posturas e atas de câmaras municipais, livros de registros de presos e outros documentos policiais, registros documentais do poder judiciário, como processos criminais, bem como ofícios e telegramas de origens diversas. Através da análise de tais fontes, conseguimos identificar diversas funções sociais da capoeira na perspectiva de seus participantes e variadas formas de repressão e/ou aproveitamento de sua prática, por grupos dominantes, em terras paulistas. Os primeiros documentos datam de 1829, quando um professor de francês da recém-formada Academia de Direito, foi repreendido por um aluno por jogar capoeira em um chafariz com um grupo de negros

(*O Farol Paulistano*, 05/08/1829: 6). Esta e outras situações envolvendo capoeiras na cidade de São Paulo, por volta de 1830, ajudam a compreender porque a Câmara Municipal criou uma postura, em 1833, proibindo tal jogo “ou qualquer outro gênero de luta” em locais públicos (ATAS da Câmara Municipal de S. Paulo, 1833:79-82).

Assim como em outras regiões, a capoeira surge na história de São Paulo em diferentes localidades e com facetas variadas. Na presente comunicação, apresentamos uma dessas vertentes da sua prática em território paulista: as medidas adotadas pelas autoridades paulistas no pós-abolição, diante da possível formação de uma Guarda Negra, nos moldes da instituição criada no Rio de Janeiro e em outras regiões com o intuito de defender os interesses da princesa Isabel e, por conseguinte, da monarquia.

Inicialmente, torna-se necessário ressaltar que, conforme demonstrado por estudos sobre criminalidade escrava no Rio de Janeiro, a palavra capoeira se tornou, no século XIX, jargão para inúmeras práticas de resistência urbana (SOARES, 2002: 441), o que trouxe, por um lado, dados estatísticos consistentes e inqueritos sobre o tema na corte imperial. No entanto, como ressaltou Paulo Coêlho de Araújo, também dificultou a distinção de praticantes do jogo da capoeira de simples desordeiros. Ao criticar a “generalização na atribuição de comportamentos que atentam contra a segurança pública e contra as propriedades como se todos os indivíduos desses grupos marginais tivessem sido efectivos praticantes desta manifestação”, o pesquisador arguiu que “grande parte dos praticantes da luta/jogo conhecida por capoeira seriam efectivos capoeiras, entretanto, nem todos os capoeiras poderiam ser considerados efectivos praticantes desta manifestação” (ARAÚJO, 1997: 63-65).

No caso da província de São Paulo, verificamos o inverso. Policiais e juízes parecem ter se preocupado mais em registrar atos incisivos de violência, prendendo provavelmente muitos capoeiras por ofensa física e homicídio, ou, no caso de ações menos graves, sob o termo “desordem”. Sem um número minimamente representativo de pessoas presas, processadas ou julgadas especificamente por capoeira na província de São Paulo, ao longo do século XIX, seus praticantes foram desconsiderados enquanto agentes históricos por muitos pesquisadores, permanecendo, assim como outros grupos sociais da história, escondidos nas fímbrias da documentação. Inspirada por E. P. Thompson, para quem “não existem causas perdidas na história, e o que parece secundário, numa dada conjuntura, pode revelar-se decisivo em outras”, Maria Odila

Leite da Silva Dias mostrou como seria viável estudar grupos sociais desfavorecidos em São Paulo. Na sua busca das mulheres pobres, brancas, forras e escravas na história da cidade e da província, conseguiu captar seus papéis nas “entrelinhas, das fissuras e do implícito nos documentos escritos”. Segundo ela, uma pesquisa deste tipo “requer uma leitura paciente, um desvendar criterioso de informações omissas ou muito esparsas, casuais, esquecidas do contexto ou da intencionalidade formal do documento”, não sendo seus caminhos trilháveis “por historiadores preocupados com métodos que pressupõem equilíbrio, funcionalidade, estabilidade, conservação e *status quo*” (DIAS, 2001: 50-51).

Assim, para nos aproximarmos de possíveis capoeiras em terras paulistas, assumimos o pressuposto de que, se nem todo desordeiro era praticante do jogo-luta, muitos homens considerados “valentões” eram respeitados pela destreza corporal, habilidade marcial, e, em alguns casos, efetivamente jogadores de capoeira. Então, um caminho foi analisar o comportamento destes valentões e suas relações com capoeiras. É importante ressaltar que a capoeira, enquanto jogo baseado na demonstração da valentia, foi espaço privilegiado para que escravos ou libertos pudessem alçar a uma posição diferenciada entre as camadas sociais mais baixas. Da mesma forma, muitos valentões, identificados ou não como capoeiras, serviram de braço armado em guerras contra inimigos estrangeiros ou mesmo em disputas políticas locais. E se, em um primeiro momento, parece que foram usados indistintamente pelas elites, percebemos como esse “uso” era uma via de mão dupla. Conforme mostrou Marcus J. M. de Carvalho, em uma sociedade escravista, não eram considerados ilegais apenas os ajuntamentos de negros nas cidades ou os quilombos nas matas. “Também o eram quaisquer manifestações políticas dos escravos”, dificultando a formação de líderes entre eles. Assim, muitas vezes as lideranças surgiram de homens negros que haviam passado por “uma experiência transformadora”, a partir do engajamento, forçado ou voluntário, em corpos militares. Ao analisar o processo de Independência, o pesquisador retrata como homens simples, uma vez engajados, dificilmente voltariam a viver como antes, uma vez passado o conflito. E que esta situação cabia até mesmo no caso da capangagem, pois “um capanga a serviço de um capitão-mor em diligência era praticamente tão oficial quanto um soldado de alguma milícia paga pela câmara da capital provincial”. Carvalho ressalta ainda que, se nas disputas políticas ou militares “abrem-se oportunidades para especialistas nas artes bélicas [...] os poucos indivíduos

que são realmente eficientes nas artes da guerra costumam ser recompensados pelos seus serviços” (CARVALHO, 2005: 882-885).

A historiografia da capoeira já consagrou alguns exemplos de capoeiras e valentões de outras regiões que, após passarem por experiências transformadoras como disputas políticas e guerras, tornaram-se lideranças entre as camadas mais baixas. Na província de São Paulo, nossa pesquisa aponta nesse sentido, ao tratar do movimento abolicionista e o pós-abolição. E Santos, por ser uma das bases do abolicionismo paulista, é uma referência importante.

O envolvimento de capoeiras com a política de Santos remete-se à uma disputa entre dois núcleos da cidade: o mais antigo, Quartéis, tendo como marco a Igreja Matriz, e o mais recente, Valongo, cujo ponto de referência era a Igreja de Santo Antônio. Desde o século XVIII, caboclos e mulatos nascidos no Brasil, estes moradores dos Quartéis, passaram a desenvolver um rancoroso sentimento bairrista, dando início a uma disputa comercial com o bairro vizinho (LANNA, 1996: 41). As tensões causadas por essa concorrência se agravaram a partir de 1850, “quando as construções do bairro santista do Vallongo começaram a sobrepular as do bairro vizinho, os quartéis, com o aparecimento dos dois edifícios Ferreira Netto e mais alguns, tidos na época como coisas notáveis”. Tais diferenças comerciais logo tomaram conta do “novo anônimo dos dois bairros”, levando a “grossas incompatibilidades, brigas, desordens, bordoadas” (A *Tribuna de Santos*, 26/01/1939).

De acordo com o médico sanitarista, vereador e memorialista Heitor Guedes Coelho:

*As hostilidades, platônicas de início, constantes de remoques indiretos, versos sarcásticos nos jornais, serenatas provocadoras, logo descambaram para o terreno da desforra pessoal, em choques de capoeiragem – a degradante luta física tão da época – e, em sangrentos conflitos, dificilmente contidos pela polícia, mantida sempre em permanente e previdente alerta (A *Tribuna de Santos*, 26/03/1944).*

Segundo memorialistas, esta situação aumentou o prestígio das forças em choque de quarteleiros e valongueiros, “e a própria política (liberaes e conservadores) passou a contar com ellas para as eleições, dispensando-lhes, para isso, a protecção que podia” (A *Tribuna de Santos*, 26/01/1939). Tal prática se assemelha bastante ao que ocorreu na corte, onde o envolvimento político das maltas de capoeira se tornou uma forte tradição, calcada, segundo Carlos Eugênio Líbano Soares, em uma “opção

moldada por experiência social e cultural específica” e “alimentada por uma ânsia de participação no processo político” (SOARES, 1999: 207). As similaridades entre o que ocorreu em Santos e na corte podem ser fruto de processos semelhantes ou mesmo de trocas de influência, entre si e com experiências de outros lugares. Possivelmente por sua condição de cidade-porto, desordeiros de outros estados não faltavam no cais santista, na segunda metade do século XIX.

Ainda com base em memorialistas, sabemos que a primeira trégua entre valongueiros e quarteleiros se deu em 1860, diante do “milagre de Santo Antônio”, quando a Companhia de Estrada de Ferro Santos-Jundiaí tentou demolir a Igreja de Santo Antônio do Valongo, mas a imagem do santo não saía do lugar. O milagre sensibilizou a população e os quarteleiros, ao receberem um chamado dos seus rivais, uniram-se a eles para expulsar os operários da estrada de ferro e as autoridades que os protegiam. Esta mobilização perdurou até 1861, quando um aviso imperial assegurou a permanência da igreja no local (*A Tribuna de Santos*, 26/01/1939).

As rivalidades, no entanto, voltaram à tona em 1874, exatamente por questões políticas. Segundo Guedes Coelho, o estopim teria sido a morte súbita do poeta e advogado santista Joaquim Xavier da Silveira, vítima da varíola. Sua presença em Santos, desde 1871, incomodava escravocratas e atiçava abolicionistas, sendo provavelmente um alento aos escravizados na cidade (*A Tribuna de Santos*, 26/03/1944). Podemos inferir que o uso político de capoeiras nessas disputas resultou em algo raro na província de São Paulo: a prisão de escravos e libertos especificamente por “capoeira”, na Cadeia Pública de Santos, exatamente neste período (*Livro de registro de presos na Cadeia Pública de Santos*, 1871-1874).

Memorialistas são unânimes em afirmar que tais rivalidades extinguiram-se definitivamente nos anos 1880, quando o movimento abolicionista a todos congregou. Nossa pesquisa indica que homens com habilidades marciais diferenciadas fizeram parte dessa campanha na cidade, inclusive com homens identificados como “capoeiras” servindo de braço armado em conflitos com forças policiais que vinham atrás de escravos fugidos do interior. Alguns seriam filhos de homens da elite que começavam a engajar-se na política local. Outros, de origem mais humilde, usariam suas destrezas corporais e ousadia, direta ou indiretamente, para alçar um novo patamar na hierarquia social. Um dos principais ícones da luta pela abolição da escravatura em Santos, o líder

do Quilombo do Jabaquara, Quintino de Lacerda, seria um exemplo desta última situação. Apesar de sua conduta controversa, que misturava aparente submissão a brancos com atitudes de proteção aos escravos que chegavam a Santos, o ex-escravo sergipano tornou-se respeitado entre negros e brancos pela sua valentia, fosse nos conflitos com autoridades que perseguiram cativos fugitivos em plena serra do Mar, fosse em brigas na rua para defender homens da elite a ele associados, chegando assim a se tornar vereador em 1895 (SANTOS, 1986: 230; LANNA, 1996: 193; MACHADO, 2007: 256-264; ROSEMBERG, 2006: 235-238).

Se Quintino era ou não praticante do jogo-luta capoeira, não importa. É fato que ele era um valentão e no reduto que chefiava, em meio a centenas de negros, certamente havia capoeiras. A afirmação parte de um raro depoimento de uma pessoa que morou no reduto negro no período que analisamos. Ao ser entrevistada no alto dos seus 110 anos de vida, Maria Theresa de Jesus, internada no Asylo dos Invalidos, contou que, quando seus senhores morreram, foi “já mocinha” para o Jabaquara, onde casou-se e viveu a maior parte da vida. Ao falar do lendário quilombo, revelou o seguinte:

*Eu, como já disse a sinhozinho, me casei no Jabaquara com o **Manoel Leocádio**, crioulo desempenado, capoeira destemido e com um batuque, que só vendo!*

Trabalhei muito para meu "home". Mais a vida era boa. Nos "sábado", todas as noites, tinha batucada. O samba ia "inté" o sol raiar. E como eu era doída por um batuque!

*Ah! Ia me esquecendo! **Veio a abolição. Ficamos livres.** Ninguém queria "acreditá" lá no Jabaquara. Mas depois que vimos que era verdade mesmo (Virgem Nossa Senhora!), tudo enlouqueceu. Foi uma festança que ninguém pode imaginar. Ninguém queria mais trabalhar. **Era batuque dia e noite...** (A Tribuna de Santos, 26/01/1939)*

Pelas palavras de Maria Theresa, descobrimos ao menos um “capoeira destemido” vivendo no Jabaquara. Por ser destemido, o capoeira provavelmente participou de incursões nas matas atrás de cativos que fugiam da polícia pela serra, ou de confrontos com mascates nas ruas da cidade. E Manoel Leocádio não deveria ser o único. Afinal, todas as noites de sábado tinham “batucada” e “o samba ia inté o sol raiar”. A ex-quilombola conta ainda que “quando rebentou a revolta de Floriano, o coronel Quintino de Lacerda, o “interventô” do Jabaquara naquele tempo, formou um batalhão, que seguiu para a ponte do Casqueiro, aguardar o inimigo” (A Tribuna de Santos, 26/01/1939). Segundo ela, seu marido, o capoeira destemido, foi “um dos primeiros a se alistá”, e certamente outros destros no jogo-luta o acompanharam.

O envolvimento desses valentões em lutas políticas poderia ser uma obrigação para com o “interventor” do Jabaquara ou com as autoridades locais, assim como a participação de ex-quilombolas como fura-greves, nas primeiras paralisações de trabalhadores do porto de Santos, no início do século XX. Contudo, a ansiedade demonstrada por Manoel Leocádio, sendo “o primeiro a se alistá”, insinua outra possibilidade. Talvez tudo isso fizesse parte do jogo de trocas entre elite e libertos. No exército, valentões como ele correriam menos risco de ser incomodados. Furando as greves, poderiam retomar espaços de trabalho perdidos para os imigrantes. Em outras palavras, talvez houvesse um interesse mais profundo nessas atitudes aparentemente submissas: encurtar o “longo caminho da cidadania”.¹

A experiência de capoeiras e valentões em disputas políticas na década de 1870, no movimento abolicionista da década de 1880, e mesmo nos conflitos dos primeiros anos da República, ajudam a compreender o clima de medo que se instalou em São Paulo, no pós-Abolição. De um lado, havia o debate sobre até que ponto os ex-escravos poderiam participar da política. De outro, crescia o receio de que os libertos formassem um batalhão para defender a monarquia, nos moldes da Guarda Negra, instituição que se formou nessa época para defender a princesa Isabel. Conforme ressaltou Carlos Eugênio Soares, o surgimento da Guarda Negra teve raízes na Guerra do Paraguai, que politizou oficiais e soldados. Nos anos que se seguiram ao conflito, a participação de capoeiras nas disputas eleitorais da corte recrudesceram, sendo marcante o surgimento, em 1872, da “Flor da Gente”, uma malta que dominava a Freguesia da Glória, controlada pelo líder do Partido Conservador Luiz Joaquim Duque-Estrada. Soares conclui que a Guarda Negra acabou se firmando como uma instituição herdeira desse grupo de oposição ao Partido Republicano, não obstante houvesse outros projetos (SOARES, 1999: 251-265). Em um estudo específico sobre a Guarda Negra, Augusto Oliveira Mattos resume as quatro faces que tal instituição tomou:

A mais politizada, a de [José do] Patrocínio, sonhava com a estruturação de um partido que pudesse institucionalmente defender os interesses dos ex-cativos; a outra, que despejava sua ira de violência decorrente da marginalização nas ruas da cidade; uma terceira, que era a formatada no pensamento dos grupos republicanos e que canalizava toda a culpabilidade pelo caos social que se transformara a Capital; ainda uma quarta, que

1 Faço aqui uma referência proposital ao trabalho de José Murilo de Carvalho, *Cidadania no Brasil. O longo Caminho*. 3ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

passava nos devaneios dos monarquistas, como sólida instituição capaz de deter o avanço dos ideais republicanos (MATTOS, 2006: 109).

Diante dessa configuração multifacetada, a Guarda Negra enseja diversas discussões historiográficas que não cabem retomarmos aqui. Na mesma linha de Flávio dos Santos Gomes, acreditamos ser mais importante notar como “o conflito racial e a participação dos libertos e da população negra e pobre em geral nos debates políticos assustavam sobremaneira os republicanos” (GOMES, 1991: 88). Até porque, conforme enfatizou José Murilo de Carvalho, a formação da Guarda Negra no Rio de Janeiro não foi fruto apenas da condução de uma massa ignorante por lideranças monarquistas. Para ele, criminosos, capoeiras e pobres em geral na corte, por motivos diversos, eram monarquistas (CARVALHO, 1987: 31).

A atuação da Guarda Negra, e conseqüentemente este sentimento por parte dos republicanos, não estavam restritos à corte. Conforme resume Flávio Gomes em outro trabalho, a instituição teve ramificações na Bahia, Espírito Santo, Minas Gerais, interior do Rio de Janeiro, Rio Grande do Sul e São Paulo (GOMES, 2005: 16). No Pará, por exemplo, há registro de uma Guarda Negra, também alcunhada de Guarda Pretoriana, que tinha como um dos chefes o capanga Antônio Marcelino (LEAL, 2008: 87).

O medo da Guarda Negra em São Paulo

Em São Paulo, como vimos anteriormente, homens com habilidades marciais ganharam espaço de atuação política em meio ao movimento abolicionista. Diante da ascensão política de ex-cativos na província, não seria de se estranhar a criação de uma associação nos moldes da Guarda Negra. Provavelmente, foi esse pensamento que levou parte da sociedade paulista a exercer uma pressão sobre lideranças abolicionistas e negras, para se posicionarem contra a formação de tal milícia. Como apontou Lilia Schwarcz, o assunto foi primeiramente abordado pela *Província de São Paulo*, órgão vinculado ao Partido Republicano, e a partir daí “polarizou a opinião de diversos jornais, revelando também suas posições quanto à questão negra”. De acordo com a pesquisadora, a *Província*, através de artigos cada vez mais irados contra a Guarda Negra, deixou clara sua visão de que os “pretos” eram “meros instrumentos nas mãos dos brancos sem critério”. Já o conservador *Correio Paulistano* ignorou completamente o tema, talvez apoiando a instituição paramilitar. Por fim, o impresso dos abolicionistas,

A *Redenção*, demonstrou apoio irrestrito à princesa Isabel, evitando posicionar-se sobre a Guarda Negra. Contudo, transparecia a interpretação desse periódico de que a abolição e a atuação da Guarda eram “um negócio entre brancos” mais ou menos “esclarecidos” (SCHWARCZ, 2008: 240-244).

A análise de artigos de jornais sobre o assunto, à luz das informações que antes levantamos sobre a ascensão política de negros com habilidades marciais, no entanto, aponta para uma problemática mais profunda. Parece-nos antes que as elites sabiam do potencial dos ex-libertos, a partir da experiência no Quilombo do Jabaquara e em outras situações que não citamos aqui por falta de espaço. Diante disso, preocuparam-se em mover uma campanha preventiva na província contra a manutenção de eventuais grupos paramilitares. Assim, em 12 de janeiro de 1889, o jornal *Província de São Paulo* reproduz uma nota divulgada por políticos de Piracicaba, três dias antes, rejeitando a ideia de se formar uma Guarda Negra na cidade. No manifesto, é destacado que:

Um jornal dessa capital noticiou em telegramma a organização da guarda negra nesta cidade. [...]

Piracicaba ainda não está tão aviltada a ponto de produzir semelhante planta, a qual só pôde medrar na Côrte, onde para ella existir bastou a homens sem patriotismo e sem respeitabilidade mudarem o nome aos capoeiras e dirigirem os instinctos ferozes destes contra os republicanos. [...] Só na côrte existiam capoeiras, só na côrte pôde haver guarda negra, e só na côrte existem Patrocínios e Valadares para organizal-a e arremessal-a contra seus concidadãos.

Fora da côrte, se quizerem impedir aos republicanos o sagrado direito de propaganda, será preciso que os monarchistas commettam o crime por si, e não por mandatarios assalariados e illudidos. (Província de São Paulo, 12/01/1889)

No dia seguinte, o mesmo periódico torna pública uma conversa em um café na qual o líder abolicionista Antonio Bento de Souza e Castro teria sido questionado “por amigos” sobre a Guarda Negra, respondendo da seguinte forma: “Qual Guarda Negra! Isso é cousa do Patrocínio, que lá tem suas razões para defender o governo. Quanto a mim, nada tenho com tal instituição e nem creio que ella se ramifique nesta provincia” (*Província de São Paulo*, 13/01/1889: 2). Nessa mesma edição da *Província*, é divulgada uma reunião dos “homens de côr” de Santos, no Quilombo do Jabaquara, “com o fim de ser lavrado um protesto contra a criação da guarda-negra” e ser declarado que os libertos “se mostram dispostos a reagir contra o recrutamento” (*Província de São Paulo*, 13/01/1889: 3). Sobre essa questão instigante do recrutamento no pós-abolição e sobre sua associação a tais milícias, vale citar aqui a interpretação de

Carlos Eugênio Soares. Segundo ele, “ao mesmo tempo que a Guarda Negra faz sua primeira aparição pública, o governo inicia uma campanha de recrutamento militar na cidade, cujo principal objetivo é limpá-la de ‘vagabundos’.” Com base nesse e em outros dados, ele avalia que esta era “uma tentativa deliberada do governo de formar mais um ‘exército de rua’, nos moldes da ‘Flor da Gente’ de 1872, também produto de uma campanha de recrutamento” (SOARES, 1999: 259). Em termos amplos e tal como indica Maria Odila, tratava-se da manutenção de uma política de dominação e de uma estratégia de recrutamento que definia o lugar dos homens pobres no estado-nação (DIAS, 1998: 60).

A existência de uma mesma campanha de recrutamento de libertos em Santos é comprovada por um ofício da Câmara Municipal, datado de 28 de fevereiro de 1889, no qual os vereadores pedem a “cessão do recrutamento em todo o Imperio, verdadeira perseguição imposta á classe mais desprotegida da sociedade” e a “soltura dos infelizes que por ventura tenham sido recrutados” (*Ofícios diversos de Santos*, 1889). Ao que indica o documento, prevaleceu a indisposição dos libertos ao alistamento forçado, revelando que a compreensão que estes tinham do contexto político ia muito além do que os artigos de homens da elite paulista faziam crer. Afinal de contas, ao que parece, havia na cidade não só um grupo tentando formar uma Guarda Negra, como também existiria um movimento contrário, cujo intuito seria formar uma força republicana. Prova disso é uma carta divulgada no já citado exemplar da *Província de São Paulo* de 13 de janeiro de 1889, do ex-combatente da Guerra do Paraguai, que se tornou um dos principais líderes do movimento abolicionista de Santos, Eugênio Wansuit. Veiculada originalmente no órgão santista *Diário da Tarde* dias antes, a missiva do ex-combatente da Guerra do Paraguai é reveladora:

Consta que um cascudo de côr duvidosa e um argentario empenham-se em organizar aqui uma guarda-negra.

Previnam-se os homens de côr contra essa triste idéa e lembrem-se que a abolição é obra do povo, e que Quintino de Lacerda, Firmino, Felipe e outros pretos como eu fizeram muito mais pela grande causa do que a regente.

Os autores dessa desgraçada lembrança, não calcularam bem o que pretendem; elles, com certeza nunca cogitaram que o commercio de Santos é composto de homens laboriosos e honestos e que uma grande parte é republicana, portanto o que esses senhores querem é fazer mal aos homens do trabalho que vivem do ensaque e transporte de café.

É logico que os commerciantes não poderão admittir em seu trabalho homens que seguem conselhos de doidos varridos que andam a despertar um sentimento infame – o odio de raça.

Os homens de côr que têm patriotismo devem reunir-se para protestar contra essa infeliz tentativa.

Cuidado, senhores! Os heróis do Cubatão são homens sérios e sabem quanto custou ao povo a abolição.

Quintino de Lacerda, o grande abolicionista-republicano, Pae Felipe, o sublime abnegado que ia quebrar os grilhões de seus irmãos no recinto das fazendas, não podem defender os interesses de um estrangeiro, o Conde d'Eu. (Província de São Paulo, 13/01/1889)

De uma parte, o teor dessa carta supera a simples rejeição à formação de guardas sob a tutela da elite, indicando uma profunda percepção do líder negro sobre os acontecimentos mais recentes, ou seja, sobre a natureza da própria Abolição. Para ele, os verdadeiros heróis do movimento abolicionista na província se fizeram no “Cubatão”, ou seja, nas disputas entre capoeiras e valentões de Santos com capitães do mato e soldados, com o intuito de permitir a fuga de cativos pela Serra do Mar. De outra parte, os ataques aos monarquistas na figura da regente ou de seu consorte estrangeiro revelam limites à ideia já tão propalada da simpatia dos ex-escravos pelo regime monárquico e suas figuras. Somado a isso, voltando à questão da formação de uma Guarda Negra, a carta indica que havia efetivamente pessoas tentando formá-la, mas essas não seriam as lideranças tradicionais, como o próprio Wansuit ou os líderes quilombolas de Santos. Outra questão interessante é a preocupação dele em defender os comerciantes da cidade para assegurar postos de trabalho aos ensacadores e transportadores de café, o que seria prejudicado com o “ódio de raça” promovido pelos recrutamentos.

Contestando a ideia de que se trataria da opinião isolada de um líder negro santista, a edição de 15 de janeiro de 1889 da *Província* publicou um telegrama assinado por cerca de 300 “Homens de côr” de Santos, colocando-se também contra a formação da Guarda Negra. Mais uma vez com Quintino de Lacerda à frente, os negros votaram uma moção reconhecendo “a abolição da escravatura no Brazil como feita pelos esforços populares, que se impuseram energicamente à corôa” e protestando:

[...] contra aquelles que alliciam os seus irmãos de raça, formando uma verdadeira farça a que intitulam <<Guarda Negra>>, em qualquer parte que ella seja formada, porque enxergam nessa infamia o inicio de uma guerra civil produzida pelo odio de duas raças. (Província de São Paulo, 15/01/1889)

Participando desse encontro, Wansuit aproveitou para criticar, novamente, “o recrutamento com que o governo quer conservar os ex-escravizados nas fazendas, e

concitou os companheiros á revolta contra mais essa escravidão” (*Província de São Paulo*, 15/01/1889). Mesmo diante de declarações de líderes abolicionistas como Antonio Bento, Eugênio Wansuit e Quintino de Lacerda, contrárias à formação de milícias monarquistas, a província registrou assembleias republicanas que muitas vezes desembocavam em conflitos similares àqueles ocorridos no Rio de Janeiro envolvendo a Guarda Negra. Ao menos uma dessas reuniões ganhou destaque na *Província de São Paulo*, em 17 de janeiro de 1889:

Conferência impedida. – Não se realizou a conferencia republicana que estava annunciada para domingo passado, em Pirapetininga. Um grupo de desordeiros, com os quaes era connivente a policia, armados de cacetes e aos gritos de <<morram os republicanos>> impediu que a conferencia se effectuasse. A conferencia realisar-se-á ao proximo domingo. (*Província de São Paulo*, 17/01/1889)

Subsequentemente, grupos de negros pelo interior de São Paulo manifestaram-se de forma similar aos libertos de Santos. Em 30 de janeiro de 1889, a *Província* publicou uma nota sobre uma reunião de libertos na Casa Branca, segundo a qual, constando naquela cidade “que alguns conservadores pretendiam organizar a Guarda Negra, para o fim de impedir a propaganda republicana, proibindo as conferencias, mesmo em casas particulares”, promoveram “alguns homens de côr, á cuja frente se acha o cidadão Virgolino Gama”, uma reunião para protestar “contra tão infeliz idéa”. Conforme divulgado no periódico, os manifestantes prometiam “não só jamais fazer parte da referida guarda, nem permittir que nossos companheiros a ella se filiem, como tambem não nos deixar prender nessa caçada humana que se chama recrutamento, resistindo a elle com todas as nossas forças”. Para isso, o grupo decidiu formar uma instituição distinta, denominada “Guarda Cívica da Comarca de Casa Branca” (*Província de São Paulo*, 30/01/1889).

Em Campinas, libertos também se reuniram, em 17 de fevereiro do mesmo ano, para protestar contra a formação de milícias monarquistas, ressaltando que “a emancipação foi feita pelo povo e pelo exército brasileiro e nós devemos gratidão a todos os abolicionistas”; nesse sentido, o grupo enfatizava não desejar o “ódio de raças” e que lutaria contra o recrutamento, declarando ao final que “somos brasileiros, saímos do captiveiro e queremos viver como homens livres” (*Província de São Paulo*, 20/02/1889). Esta última frase sintetiza os anseios dos libertos e demonstra a visão que

os mesmos tinham da situação política do país. Assim como verificamos em Santos, na disputa entre valongueiros e quarteleiros, acreditamos que pesquisas mais aprofundadas em outras cidades do interior de São Paulo poderiam expor a participação de negros valentões em conflitos políticos à moda das maltas nagoas e guaiamuns, do Rio de Janeiro. Temos alguns indícios disso, como um caso em Sorocaba, no qual Antonio de Sousa Alves foi espancado “por alguns indivíduos pertencentes a um grupo do partido conservador d’aquella Cidade” (*Partes diárias da polícia*, 17/08/1863).

O que podemos deduzir de toda essa discussão é que, com a experiência das disputas políticas do Império, os libertos em São Paulo perceberam que a monarquia estava no seu fim e aproximaram seu discurso àquele empreendido pelos republicanos. Apropriando-se do discurso subjacente que temia o “ódio entre as raças”, ampliaram seu espaço político para defender sua cidadania e liberdade individual. No contexto político da província de São Paulo, no pós-Abolição, em que o ideário republicano já se fazia evidente, os libertos procuravam garantir assim certa vantagem no regime que estava por vir, ao contrário do que ocorria no Rio de Janeiro e em outras regiões nas quais a Monarquia ainda mantinha seus baluartes.

São Paulo como refúgio

As ações da Guarda Negra no Rio de Janeiro levaram os republicanos a adotar uma medida imediata com relação aos capoeiras, assim que tomaram o poder em 15 de novembro de 1889. Conforme avaliou José Murilo de Carvalho, “talvez o único setor da população a ter sua atuação comprimida pela República tenha sido o dos capoeiras” (CARVALHO, 1987: 23). Estudada por pesquisadores da capoeira no Rio de Janeiro, a perseguição mobilizada pelo chefe de Polícia do então Distrito Federal, João Batista Sampaio Ferraz, entrou para a história pelo teor violento de sua campanha. Nascido na fazenda cafeeira de Santa Maria, em Campinas, em 1857, Sampaio Ferraz fez seus estudos preparatórios em Itu e, em 1878, formou-se na Faculdade de Direito de São Paulo. Ocupando o cargo de promotor público da corte, entre 1881 e 1888, acabou sendo demitido em virtude de suas tendências republicanas. De volta a São Paulo, fundou e redigiu o *Correio do Povo*, primeiro jornal paulista a trazer a legenda “Órgão Republicano”. Pela tribuna e pela imprensa, empenhou-se na campanha em favor do novo regime político. Assim, ao ser instituído no cargo de chefe de Polícia do Distrito

Federal, com carta branca do presidente Deodoro da Fonseca, não poderia ter uma atuação diferente (MELLO, 1954: 213).

Segundo Soares, o “Cavanhaque de aço”, como Sampaio Ferraz passou a ser chamado, começou imediatamente a prender e deportar arbitrariamente para Fernando de Noronha os capoeiras, sem qualquer medida judicial. Já em 3 de janeiro de 1890, assim, partia rumo à ilha distante um vapor de guerra carregando 154 capoeiras, dentre os quais estavam importantes navalhistas e chefes de maltas da corte (SOARES, 1999: 264).² A situação dos capoeiras na cidade do Rio de Janeiro tornou-se ainda pior com a aprovação, em 11 de outubro de 1890, do novo Código Penal da República, que criminalizou o jogo-luta por meio do artigo 402 do Livro III Das Contravenções em Espécie, capítulo XIII *Dos Vadios e Capoeira* (CÓDIGO Penal Brasileiro, 1893: 670-678). A associação da manifestação com a vadiagem era uma forma de justificar as prisões, como se uma fosse sinônimo da outra. Porém, documentos relativos às prisões e processos desmentem isso, uma vez que a maior parte dos capoeiras detidos tinha profissão, conforme Antonio Liberac Pires, que identificou a prisão de 297 pessoas por capoeira, só no ano de 1890; destes, 38,1% eram artesãos, 22,5% trabalhavam nas ruas, 11,4% faziam serviços domésticos e 4,5% ocupavam funções no comércio, sendo somente 23,5% sem profissão. Vale lembrar que, tampouco, seria esta uma manifestação exclusiva de homens negros: dos quase 300 presos por capoeira no ano de 1890, 34,1% eram brancos, 27,9% pardos, 26,5% pretos, 6,6% morenos e 4% fulos (PIRES, 1996: 91-92).

Essa perseguição direta aos capoeiras no Rio de Janeiro se deu em outras regiões, nas quais capangas eleitorais também incomodavam os políticos republicanos. No Pará, por exemplo, uma caçada aos capoeiras ligados a grupos conservadores começou antes mesmo da aprovação do Código Penal de 1890. Muitos valentões foram deportados para o Amapá e, assim como no Rio de Janeiro, a maioria não era vadia (LEAL, 2008: 105-123). Vale comentar a possibilidade de as perseguições aos capoeiras e valentões que ocupavam funções enquanto capangas eleitorais, bem como a campanha de recrutamento de libertos, estarem atreladas ainda ao conceito de cidadania. Hilda Sabato, analisando a construção das repúblicas nas Américas no século XIX afirma que três instâncias foram decisivas nesse processo: as

² Sobre a perseguição aos capoeiras no Rio de Janeiro por Sampaio Ferraz, ver BRETAS, Marcos Luiz. A queda do império da navalha e da rasteira (a República e os capoeiras). *Cadernos de Estudos Afro-Asiáticos* N° 20, Cândido Mendes, 1991.

eleições, as milícias e as instituições de opinião pública. Em diversos países, “o triunfo de grupos que promoviam a centralização política e a consolidação da ordem estatal implicou no fim das milícias, na afirmação do exército profissional e no abandono da concepção republicana fundadora das revoluções” (SABATO, 2008: 14).

Em São Paulo, a perseguição aos capoeiras iniciada no Distrito Federal e institucionalizada pelo Código Penal teria reflexos distintos, até mesmo pelo contexto político das principais cidades. No Rio de Janeiro, o movimento abolicionista teve um viés monarquista, e o fim da escravidão acabou sendo associado à figura da princesa Isabel. Em território paulista, o movimento abolicionista foi predominado pelo espírito do republicanismo e, como se percebe nos manifestos dos “homens de cor” contra a Guarda negra, os negros tinham plena consciência do seu papel no fim da escravidão, não devendo “favores” aos monarquistas. Exemplo disso é o líder negro de Santos Eugênio Wansuit, descrito por contemporâneos como “acérrimo republicano” (SANTOS, 1986: 245). Tão logo foi proclamada a República, houve manifestos de políticos santistas a favor do novo regime e Eugênio Wansuit, junto com o chefe do Jabaquara, Quintino de Lacerda, convocaram os “homens de cor” para uma reunião no Teatro Guarani, que ocorreu cheia de discursos acalorados e vivas “ao Exército, à Armada, ao General Deodoro, aos Governos Provisórios e à República”. Esta situação ajuda a entender porque em 1893, quando estourou a Revolta da Armada e Santos se tornou um dos alvos dos revoltosos, pela posição estratégica, Quintino de Lacerda organizou o seu Batalhão Silva Jardim, composto por homens brancos e negros, para tomar conta da ponte sobre o Rio Casqueiro, em Cubatão (SANTOS, 1986: 251-253).

É claro que nem todos os abolicionistas eram republicanos radicais. Numa visão muito crítica e perspicaz, o grande líder caifás Antonio Bento escreveu uma carta, publicada no jornal *Província de São Paulo*, denunciando que “os partidos no Brazil, há muitos annos, não se baseam em principios constitucionaes”, pois haviam se tornado “associações mercantis cujo único fim era a exploração do thesouro nacional, honras e grandezas”. Embora ele ataque a monarquia na carta – com argumentos do teor “nunca me fez a monarchia o menor serviço” –, enfatizando que os abolicionistas sofreram durante sua existência, assume que sempre foi ligado ao Partido Conservador (*Província de São Paulo*, 19/11/1889: 3).

Ainda assim, se somarmos os conteúdos dos manifestos dos negros de diversas localidades de São Paulo contra a formação da Guarda Negra ao posicionamento claro de lideranças quilombolas de Santos à República, fica claro que, na província paulista, havia uma situação política bem mais estável do que no Rio de Janeiro e outras regiões, como o Pará, onde se justificaram perseguições e deportações de capangas eleitorais dos conservadores e/ou monarquistas. Uma nota publicada na primeira página do *Correio Paulistano* de 25 de março de 1892 reforça a ideia de que, para a elite paulistana, acabar com os capoeiras do Rio de Janeiro era uma questão política a cargo de um homem nascido e criado na província, para orgulho de todos. A notícia registrava a chegada do “ilustre paulista e valente republicano Dr. Sampaio Ferraz”, que vinha para recuperar-se de uma moléstia e logo voltaria ao Distrito Federal, onde vinha prestando “relevantes serviços” à “causa republicana” (*Correio Paulistano*, 25/03/1892: 1). Diante desse contexto, o território paulista se transformou rapidamente em esconderijo para dezenas de capoeiras cariocas, desde homens “sem qualquer ocupação”, até homens da elite. E, quando ocorriam prisões de praticantes, o procedimento padrão era soltá-los ou, quando coubesse, processá-los por outras questões, como agressão ou porte de armas.

Bibliografia

ARAÚJO, Paulo Coêlho de. *Abordagens sócio-antropológicas da luta/jogo da capoeira*. Portugal, Maia: Instituto Superior da Maia (Série “Estudos e Monografias”), 1997.

BRETAS, Marcos Luiz. A queda do império da navalha e da rasteira (a República e os capoeiras). *Cadernos de Estudos Afro-Asiáticos* Nº 20, Cândido Mendes, 1991.

CARVALHO, José Murilo de. *Os bestializados: o Rio de Janeiro e a República que não foi*. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.

_____. *Cidadania no Brasil. O longo Caminho*. 3ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

CARVALHO, Marcus J. M. “Negros armados por brancos e suas independências”. In: JANCÓS, István. *Independência: história e historiografia*. São Paulo: Hucitec/Fapesp, 2005, pp. 881-914.

CÓDIGO Penal Brasileiro. 2ª edição. São Paulo: Tipografia da Cia. Industrial de São Paulo, 1893.

COELHO, Guedes. “A metamorfose de Santos”. In: A TRIBUNA de Santos. *Edição comemorativa do cinquentenário de A Tribuna*, 26/03/1944, terceiro caderno, p.2.

DIAS, Maria Odila Leite da Silva. *Quotidiano e poder em São Paulo no século XIX*. 2ª ed. rev. São Paulo: Brasiliense, 2001.

_____. “Sociabilidades sem história: votantes pobres no império (1824-1881)”. In: FREITAS, Marcos Cezar de (org.). *Historiografia brasileira em perspectiva*. São Paulo: Contexto, 1998.

GOMES, Flávio dos Santos. No meio das águas turvas. Racismo e cidadania no alvorecer da República: a Guarda Negra na Corte – 1888-1889. *Estudos Afro-Asiáticos*, (21): 75-96, dezembro de 1991.

_____. *Negros e Política (1888-1937)*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2005.

LANNA, Ana Lúcia Duarte. *Uma cidade na transição: Santos: 1870-1913*. Santos: Hucitec, 1996.

LEAL, Luiz Augusto Pinheiro. A política da capoeiragem. *A história social da capoeira e do boi-bumbá no Pará republicano (1888-1906)*. Salvador: Edufba, 2008.

MACHADO, Maria Helena Pereira Toledo. *O plano e o pânico: os movimentos sociais na década da abolição*. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ/Edusp, 1994.

_____. “De rebeldes a fura-greves: as duas faces da experiência da liberdade dos quilombolas do Jabaquara na Santos pós-emancipação”. In: CUNHA, Olívia Maria Gomes da e GOMES, Flávio dos Santos (org.). *Quase-cidadãos: histórias e antropologias da pós-emancipação no Brasil*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2007, pp. 241-282.

MATTOS, Augusto Oliveira. *A proteção multifacetada: as ações da Guarda Negra da Redemptora no ocaso do Império (Rio de Janeiro, 1888-1889)*. Brasília, 2006. Dissertação (Mestrado em História Social) – Universidade de Brasília (UnB).

MELO, Luís Correia de. *Dicionário de autores paulistas*. São Paulo: Comissão do IV Centenário da Cidade de São Paulo, 1954.

PIRES, Antônio Liberac Cardoso Simões. *A capoeira no jogo das cores*. Criminalidade, cultura e racismo na cidade do Rio de Janeiro (1890-1937). Campinas, 1996. Dissertação (Mestrado em História) – Unicamp.

ROSEMBERG, André. *Ordem e burla*. Processos sociais, escravidão e justiça em Santos, década de 1880. São Paulo, SP: Alameda, 2006.

SABATO, Hilda. Soberania popular, cidadania, e nação na América Hispânica: a experiência republicana do século XIX. *Almanack braziliense*, nº 08, maio de 2008, p. 5-22.

SANTOS, Francisco Martins dos. *História de Santos* (1ª ed. em 1937). São Vicente/SP: Ed. Caudex, 1986, 2º volume.

SCWARCZ, Lilia Moritz. *Retrato em branco e negro: jornais, escravos e cidadãos em São Paulo no final do século XIX*. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.

SOARES, Carlos Eugênio Líbano. *A capoeira escrava e outras tradições rebeldes no Rio de Janeiro (1808-1850)*. Campinas, SP: Editora Unicamp, 2002.

_____. *A negregada instituição: os capoeiras no Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Access Editora, 1999.